

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

Giovanna Gertrudes Benedetto Flores

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

Relatório apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para cumprimento do programa de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação – Jornalismo e Estudos Mediáticos, sob a supervisão do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa.

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2019

RESUMO

Este estudo analisa discursivamente quatro jornais portugueses que circularam no período de 1820 a 1823 em Lisboa, a partir dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa e da História da Imprensa Portuguesa. Fazendo um contraponto entre *A Trombeta da Lusitania*, *a Navalha de Figaró*, *o Astro da Lusitania* e *o Campeão Portuguez* em Lisboa (*ou o Amigo do povo, e do Rei Constitucional*) com dois importantes periódicos que circularam no Brasil nesse mesmo início do século: *o Reverbério Constitucional Fluminense* e *O Macaco Brasileiro*, nosso objetivo foi compreender o processo de independência e como o povo brasileiro era representado nos jornais lusitanos. Acontecimentos históricos com a criação do Reino do Brasil em 1815, a Revolução Liberal de 1820 e a formação das Cortes para a elaboração da Constituinte, serviram de fio condutor para a análise desses periódicos, para investigar como a imprensa portuguesa noticiou política e discursivamente o rompimento entre Brasil e Portugal e os sentidos de nação e independência nos jornais lusitanos no início do século XIX. As análises e as considerações apresentadas nessa pesquisa não são conclusivas e servem para estudo de futuras publicações.

ABSTRACT

This paper investigates discursively four Portuguese newspapers that circulated between 1820 and 1823 in Lisbon, based on the assumptions of the French

Discourse Analysis and the History of the Portuguese Press. By comparing *A Trombeta da Luzitania*, *Navalha de Figaró*, *Astro da Lusitania* and *Campeão Portuguez* in Lisbon (or *Amigo do povo*, and *Rei Constitucional*) with two important periodicals that circulated in Brazil at the beginning of the century, the *Reverberio Constitucional Fluminense* and *O Macaco Brasileiro*, we aimed to understand the process of independence, and how the Brazilian people were represented in the Lusitanian newspapers. Historical events with the creation of the Kingdom of Brazil in 1815, the Liberal Revolution of 1820 and the formation of the Constituent Assembly (Cortes) served as guidance for the study of those periodicals, in order to examine how the Portuguese press politically and discursively reported the rupture between Brazil and Portugal, and the meanings of nation and independence present in the Lusitanian newspapers in the early nineteenth century. The analysis and considerations presented in this research are not conclusive and are useful for the study of future publications.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente o professor Dr. Jorge Pedro Sousa, que aceitou supervisionar essa pesquisa, na Universidade Fernando Pessoa. Ele me acolheu com muito carinho, tornando o período que permaneci no Porto muito agradável, com excelentes orientações de pesquisa, ótimas conversas, caminhadas e boas histórias sobre Portugal. Também agradeço ao professor Dra. Antonio Hohlfeldt, que fez “a ponte” entre Jorge Pedro e eu. Esse trabalho também pode ser realizado, graças ao apoio recebido dos colegas/amigos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Sul de Santa Catarina, principalmente os colegas do campus da Palhoça, em especial Nádia Regia Maffi Neckel e Solange Maria Leda Gallo, que deram condições para me ausentar durante o período que permaneci em Portugal. Agradeço também a acolhida dos colegas doutorandos que conheci em Portugal, que me receberam com muito carinho. Agradeço e dedico essa pesquisa aos meus dois filhos, Rodrigo e Yolanda Flores Schmitt, que sempre apoiaram meus sonhos, como também a Marta Beatriz Maccarini, pelo carinho, incentivo e por compreender minha ausência e a minha irmã Angela Benedetto Flores, pelo apoio e por cuidar sozinha da nossa mãe para que eu pudesse me ausentar para a pesquisa.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Compreendendo a teoria.....	8
CAPÍTULO II – Os ditos e os não ditos nos periódicos portugueses e brasileiros... 15	
2.1. A história e os jornais	15
2.2. Movimento de análise.....	17
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA	46

INTRODUÇÃO

O início da década de 20 do século XIX, conhecido como o período vintista português, foi de mudanças políticas e econômicas para Portugal e conseqüentemente para o Brasil. A primeira grande discussão foi em torno da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, iniciado no Porto e que se estendeu por todo Portugal. A Revolução, liderada por um grupo formado por civis, juristas e militares, com apoio de todas as camadas sociais e do clero, teve como consequência o rompimento da política vigente. Entre as principais reivindicações, estava o retorno de D. João VI à Portugal.

Esse período também foi marcado pela liberdade de imprensa, que foi muito discutida nos jornais portugueses e que resultou no surgimento de vários periódicos, tanto no continente europeu como no Brasil¹. Segundo Tengarrinha (2013), em três anos foram criados 112 jornais em Portugal. A Revolução Liberal de 1820 também deu maior liberdade para os editores dos jornais expressarem suas opiniões, que discutiam o movimento político e trocavam acusações, cobrando da Corte posições sobre o Brasil. Portanto, a volta da monarquia portuguesa para a Europa se tornou um acontecimento histórico importante ligado a Revolução Liberal de 1820, que resultou, dois anos após, na separação política e econômica entre Portugal e Brasil.

A independência do Brasil, em setembro de 1822, ocupou várias páginas dos jornais, tanto no continente europeu como sul-americano, com periódicos a favor e contra a separação das nações que compunham o Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves. Segundo Tengarrinha (2013) as discussões retratadas nos periódicos, marcavam a crescente divisão da vida política, que refletiria nas eleições de 1822.

(...) é verberada por muitos que viam nisso um fator de enfraquecimento da sociedade liberal e que em vez de clarificar obscurecia o debate, pois, como então se dizia, 'a verdade nunca se liga a partidos'. Nos dois anos seguintes, o enfraquecimento crescente do regime, as divisões no

¹ No Brasil, o aumento de periódicos em circulação foi a partir de 1821. Ver gráfico com evolução em FLORES, G.B. in: Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro (2014).

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

campo liberal, a diminuição de sua base social e política e as ameaças reacionárias da Santa Aliança abrem terreno favorável para aumentar a agressividade da imprensa antiliberal. Começa a ser mais ou menos visível o seu repúdio da Constituição (que até então não fora abertamente posta em causa) e a defesa do Regime Absoluto (TENGARRINHA, 2013, p.340).

Falar sobre a independência do Brasil e a relação com Portugal requer um recuo no tempo e um certo “distanciamento” para que possamos entender esse acontecimento histórico. Em estudo anterior (Flores, 2014)² analisei os jornais brasileiros e pude compreender como os periódicos que circulavam no Brasil entre os anos de 1821 e 1822 entenderam esse momento histórico e político e como a colônia se configurava como nação nos primeiros anos do século XIX.

Neste movimento, agora contrário, temos como objetivo compreender como os jornais que circularam em Portugal nesse período, entenderam a separação política com a colônia brasileira. Para tanto, pensamos nos acontecimentos históricos que levaram a ruptura, tendo como aparato teórico a Análise de Discurso desenvolvida na França por Michel Pêcheux (1960) e os estudos no Brasil a partir de Eni Orlandi (1980), para nos perguntarmos como a imprensa portuguesa noticiou este acontecimento histórico e quais eram os sentidos de nação e independência nos jornais de Portugal no início do século XIX. Como o Brasil era discursivizado nesses periódicos? Discursivamente entendo que os sentidos de nação e independência estão atravessados pelas formações discursivas que determina as posições-sujeito dos editores dos jornais. Também estarei apoiando minha pesquisa nos estudos de Jorge Pedro Sousa, José Tengarrinha e José Augusto dos Santos Alves sobre a história da imprensa portuguesa

Nosso corpus de investigação é composto pelos jornais *A Navalha de Figaró*, *A Trombeta Lusitania*, *Astro da Lusitania*, *O Campeão Portuguez em Lisboa* (ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional) que circularam em Portugal nos anos 20 do século XIX. Também vamos trazer como contraponto dois periódicos brasileiros que circularam no Rio de Janeiro: *O Macaco Brasileiro* e *o Reverbero Constitucional Fluminense*³.

² Ver em Flores, G.B. Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS; Palhoça, SC: Ed. Unisul. 2014.

³ Os dois periódicos brasileiros foram analisados em minha tese de doutoramento, defendida em 2011 no IEL/Unicamp. Trago aqui um recorte das análises, para fazer o contraponto com os jornais portugueses. Ver: FLORES, G.B. in: Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro (2014).

CAPÍTULO 1 – Compreendendo a teoria

A Análise de Discurso (AD) surgiu na década de 1960 na França, buscando responder algumas questões sobre as abordagens de fatores extralinguísticos, dos elementos e das relações que produzem a significação do texto e do sujeito. A AD “teoriza a interpretação visando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 26). É uma teoria crítica da linguagem, situando-se no meio das ciências humanas e sociais, investigando as relações entre linguagem, sociedade, ideologia, produção de sentidos e sujeito. Para tanto, articula três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendendo a teoria das ideologias; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. A AD provoca um deslocamento no modo de abordar o extralinguístico na linguagem, por meio da releitura do Marxismo a partir da leitura de Althusser sobre o materialismo histórico; da Psicanálise, por meio de um retorno de Lacan a Freud; e da Linguística, na releitura de Saussure. Segundo Pêcheux (2012, p. 44) essa trilogia visa “multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não ditos no interior do que é dito”. Para Orlandi (2004, p. 146) “essa relação, entre si, do Marxismo com a Psicanálise e com a Linguística marca a Análise de Discurso de forma particular e, sobretudo, dá um ‘tom’ particular à noção de ideologia, demarcando a semântica discursiva da filosofia marxista da linguagem”. Portanto, a imbricação da linguagem com o sujeito e com o acontecimento histórico, estabelece um objeto de análise que é o discurso. Pêcheux define discurso como efeito de sentidos entre locutores. “Compreender o que é efeito de sentidos, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2002, p.21). Portanto, sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo.

Segundo Pêcheux (1988) o discurso é produzido por filiações sócio-históricas de sentido, num espaço que irrompe o gesto de interpretação como efeito dessas redes de

filiações, provocando sempre um deslocamento. Assim, “o discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetões: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (Pêcheux, 1988, p.56). Concordamos que os sujeitos são sempre interpelados pela ideologia, e, através dela, ele produz o seu dizer por meio de estruturas de funcionamento que produzem evidências de sentidos. São afetados pela língua e pela história. “É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. (...) não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (Orlandi, 2005, p.47).

Entendemos que falar de acontecimentos históricos é pensar a história como historicidade, ou seja, os sentidos que podemos ter sobre esta história oficial. Não nos interessa aqui a cronologia dos fatos, mas sim o que não foi dito sobre eles, ou seja, interpretar esses acontecimentos. Segundo Paul Henry (2010, p.47) “não há fato histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso”. Compreendemos que a historicidade é ligada à questão da linguagem e à do sujeito, contrapondo ao conceito de historiografia como produtora de dados e de conteúdos, numa dimensão temporal expressa como cronologia e evolução. Para a AD a relação da historicidade é com o texto, com sua determinação histórica, com a materialidade do sentido e do sujeito, buscando compreender como a matéria textual faz sentido. Segundo Ferreira (2008), podemos considerar a historicidade como “a inscrição da história na língua e o movimento dos sentidos no texto, que atuam no sujeito como âncora e como bússola, sustentando e orientando seu trabalho de interpretação” (Ferreira, 2008, p.16). Para tanto, estaremos contrapondo questões sobre a historiografia da imprensa portuguesa a partir da noção discursiva de contradição, que segundo M. Pêcheux (1988, p. 93) “as contradições ideológicas se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si, os processos discursivos, na medida que se inscrevem em relações ideológicas de classes”.

O processo discursivo é uma das noções importantes para a AD, juntamente com a noção de funcionamento discursivo. Ao inscrever o processo discursivo como uma relação ideológica de classes, Pêcheux (1988, p.92) reconhece, com Balibar, que “se a

língua é indiferente à divisão de classes e sua luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua. Ao contrário elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seus antagonismos”. Desse modo, a língua constitui a condição de possibilidades do discurso, sendo que os processos discursivos constituem a possibilidade da produção dos efeitos de sentidos no discurso, tendo a língua como lugar material desses efeitos de sentidos. É nesse sentido que Pêcheux (1988) definirá que a “expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos linguísticos – significantes em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1988, p.161).

Na AD entendemos que não podemos analisar um discurso como um texto fechado em si mesmo, temos que remetê-lo a um conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção. Ou seja, se pensarmos o processo discursivo como produção de sentido e sendo o discurso o momento em que emergem significações, concordamos que o lugar da constituição dos sentidos é a formação discursiva que com a formação ideológica e as condições de produção constituem a base da teoria da Análise do Discurso.

A partir da teoria de Althusser (1985) sobre os aparelhos ideológicos do Estado, Pêcheux e Fuchs (1997) relacionaram ideologia com discurso, entendendo o discurso como um dos aspectos materiais da materialidade discursiva. Para tanto, desenvolveram o conceito de formação ideológica como “um complexo de atitudes e representações que não são nem individuais e nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito uma com as outras” (PÊCHEUX, FUCHS, 1997, p.166). A partir dessa formulação, podemos afirmar que os sentidos sempre vão ser determinados pelas posições ideológicas que são produzidas, isto é, vão depender da posição do sujeito que enuncia.

Pêcheux (1988, p.161) traz, a partir da formulação de formações ideológicas, a noção de formações discursivas, por meio das quais os “indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Isto é, as palavras e expressões têm vários sentidos, e não apenas um sentido próprio, literal, porque se constituem em relação com outras palavras da mesma formação discursiva. Como nos ensina Orlandi (2002, p.20), “o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos

sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que o sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas”.

Ao se inscrever em determinada formação discursiva, o sujeito o faz por determinações sociais e históricas e, com isso, está se posicionando ideologicamente, ou seja, os sujeitos tomam a palavra a partir de uma posição. Dito de outro modo, o sujeito está se definindo por uma posição, submetendo-se às condições de produção que se dão dentro de uma memória discursiva que faz circular formulações já anunciadas anteriormente, formando redes que vão trabalhando a legitimidade de certos efeitos de memória, que tanto podem ser as lembranças, da redefinição, de transformação quanto de ruptura, de esquecimento, de negação do já dito.

Um outra noção que é importante para a Análise do Discurso, e para a nossa pesquisa sobre a imprensa do século XIX em Portugal, é a de memória discursiva. Para entendermos o conceito de memória discursiva é necessário retomar alguns percursos teóricos a fim de compreender os desdobramentos desse conceito no campo discursivo e tal como é proposto por analistas de discurso que se ocupam da mídia como objeto de análise.

No contexto francofônico contemporâneo temos em Paveau (2007) uma proposição epistemológica e histórica da noção de memória na análise do discurso. Para tanto a autora retorna a Jean Jacques Courtine (1994 [1981]).

Como as sociedades lembram? Se aceitamos a ideia [...] de que a linguagem é o tecido da memória, ou seja, sua modalidade de existência histórica essencial, quem não vê que uma tal questão se dirige diretamente as ciências da linguagem? Que esta questão reivindica a análise dos modos de existência materiais linguageiros da memória coletiva na ordem do discurso? (COURTINE, 1994 *apud* PAVEAU, 2007, p.240)

Courtine e Pêcheux trabalhavam no mesmo grupo de analistas do discurso no contexto francês entre as décadas de 60 a 80. Esse grupo fora responsável por diversas formulações utilizadas até hoje nos dispositivos teórico analíticos da AD, dentre essas formulações a já citada memória discursiva e também os conceitos de interdiscurso e pré-construído que funcionam conjuntamente com o de memória discursiva.

A memória tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar,

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (ORLANDI, 2005, p.31)

Dessa forma Michel Pêcheux entende que não se trata de uma memória individual, mas de “sentidos da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (2007, p.50). Não podemos esquecer que essas memórias são atravessadas ideológica, histórica e socialmente.

A memória discursiva é, com efeito, um conceito que propõe, ao mesmo tempo, um desenvolvimento, um aprofundamento e quase uma alternativa àquela de formação discursiva, e que visa a ancorar a análise do discurso na história, integrando os tempos da memória no estudo da materialidade linguageira. (PAVEAU, 2007, p.240)

E aí pensamos a relação de memória social de Pêcheux com o que Mariani (1998) define como memória social relacionada ao discurso jornalístico, em que para interpretar um acontecimento é necessário haver esquecimentos do que já foi dito, resultando assim na naturalização de um sentido comum à sociedade.

Nas Histórias e nas histórias, com suas memórias coletivas ou particulares, a costura dos acontecimentos – o que implica cerzir furos e domesticar diferenças, geralmente por inseri-las num mundo “normatizado” e sem contradições, ie, para nós, um mundo organizado em díades – funciona de modo a eliminar tudo que possa ameaçar a estabilidade/homogeneidade. No entanto, no próprio ato de repetir um “mesmo” sentido já se encontra um deslocamento produzido (MARIANI, 1998, p.39 - 40).

Também é importante a noção de memória coletiva de Pêcheux (2010) que em seu texto “Ler o arquivo hoje”, fala sobre uma memória coletiva como sendo um conjunto de arquivos disponibilizados para a massa, trabalhados de forma parafrástica para que haja reconhecimento, ou seja, é necessário que esses arquivos sejam legitimados pela memória da massa. As instituições precisam garantir para os sujeitos que se inscrevem nelas, compartilhem uma mesma realidade, que tenham, portanto, uma mesma memória. Com essa memória em comum, os gestos de interpretação podem ser homogeneizados no presente.

Podemos aqui relacionar com Le Goff (2003) para quem a memória coletiva está no jogo de forças sociais pelo poder, como forma de dominação e manipulação sobre a

memória individual. Ou seja, para Le Goff é pelo esquecimento e pela força que a igreja, o Estado e as instituições dominam a sociedade. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003.p.422)

Retomando Pêcheux, na Análise de Discurso não entendemos como manipulação, mas um modo de funcionamento discursivo determinado ideologicamente sobre o qual não há controle, mas inscrição.

A respeito da memória coletiva Paveau retoma os estudos de Halbwachs (1925) mostrando que a memória nem é um ato individual e muito menos intencional, temos aí uma relação bem estreita entre memória e lembrança, pois o autor recorrido por Paveau faz suas elaborações justamente ampliando uma perspectiva da psicologia coletiva no sentido de “reconstrução de um passado” a fim de “organizar” um presente.

Se, conforme nós o cremos, a memória coletiva é essencialmente uma reconstrução do passado, se ela adapta as imagens dos fatos antigos às crenças e às necessidades espirituais do presente, o conhecimento do que estava na origem é secundário, senão absolutamente inútil, visto que a realidade do passado não está mais ali, como um modelo imóvel, ao qual seria preciso conformar-se. (HALBWACHS, 1971 [1941] *apud* PAVEAU, 2007, p.241)

Ainda sobre a memória coletiva, Pêcheux a contrapõe a uma memória constituída linear e cronologicamente, chamando a atenção para a historicidade, a materialidade dos diferentes movimentos de significação que possibilita interpretar documentos históricos e que vão produzir sentidos para os sujeitos.

Segundo Ferreira:

A memória, enquanto possibilidade de dizeres que se atualizam no momento da enunciação e como efeito de um esquecimento correspondente a um conjunto virtual de significações, funciona no dispositivo da Análise do Discurso como um motor que aciona os incontáveis fios que chegam com toda a força da heterogeneidade, da descontinuidade, da disjunção e também da ruptura. É precisamente a memória e os processos discursivos que são dela derivados os responsáveis por fazerem emergir em uma memória coletiva aquilo que é próprio de um determinado processo histórico. (FERREIRA, 2008, p. 15)

Portanto, ao analisar os textos dos periódicos da década de 20 do século XIX, pudemos compreender parte do funcionamento de uma época, de uma prática social que produz sentidos fundadores. Entendemos que os sentidos dependem das condições de produção e não somente da intenção dos sujeitos, dizemos então, que esses sentidos significam historicamente na formação de uma sociedade.

Compreender parte da história da imprensa portuguesa e sua relação com os processos de significação do que era independência, é o objetivo desta pesquisa de pós-doutoramento, buscando entender o modo como a imprensa portuguesa produziu a imagem da independência do Brasil. Ou seja, procuramos nessa pesquisa compreender os dizeres dos periódicos no momento político entre 1821 e 1823, observando como a instituição imprensa colaborou para um efeito de sentido de rompimento político e econômico entre as duas nações.

CAPÍTULO 2 – Os ditos e não ditos nos periódicos portugueses e brasileiros

2. 1. A história e os jornais

Tanto em Portugal como na colônia brasileira, a independência foi retratada nos jornais, dividindo opiniões e acirrando os ânimos da população em geral. Os lusitanos, em sua maioria, nunca aceitaram tranquilamente a ida da família real para o Brasil, em 1808, fugindo da invasão francesa. Em troca do apoio dado pela Inglaterra, D. João VI fez diversos acordos comerciais, dando inúmeras vantagens aos ingleses e prejudicando a economia portuguesa, tanto na América como na Europa. A permanência da Corte na colônia fez do Brasil o centro do poder, sendo levado ao estatuto de Reino, em 1815, no seio do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, causando maiores conflitos entre os dois continentes, porque se consideravam “a colônia de uma colônia” (MONTEIRO E PEDREIRA, 2013 p.26). A insatisfação era tanta que em agosto de 1820, um grupo formado por civis, juristas e militares, com apoio de todas as camadas sociais e do clero, começou no Porto uma revolução, se estendendo por toda Portugal, conhecida como a Revolução Liberal de 1820. Em consequência dos conflitos, D. João VI retorna, em 1821, para Portugal.

Conforme Castro (1993)

Podem considerar-se pontos candentes desse processo o regresso do rei e da Corte a Lisboa, em 1821; a chegada dos deputados brasileiros eleitos para as Cortes Extraordinárias e Constituintes; os debates dos projetos destinados a introduzir na Constituição os ajustamentos decorrentes da especificidade das relações entre as duas partes – europeia e americana – do até então denominado Reino-Unido; a aprovação dos decretos tendentes a regularizar situações consideradas pouco corretas ou abusivas, como, por exemplo, a extinção dos tribunais; a apresentação de propostas destinadas a dar solução a questões pontuais, entre as quais se conta a pacificação de certas regiões mediante o envio de tropas; e, enfim, a controvérsia em torno da figura e atuação do Príncipe Real, e a atitude das Cortes a seu respeito, não esquecendo ainda os decretos e proclamações que, no Brasil, assinalaram a marcha para a condição de reino independente (CASTRO, 1993, p. 663).

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

O conflito político e o regime liberal tiveram consequências na imprensa de Portugal e do Brasil, com o surgimento de vários periódicos nos dois continentes⁴. A Revolução Liberal de 1820 também deu maior liberdade para os editores dos jornais expressarem suas opiniões, que discutiam o movimento político e trocavam acusações, cobrando da Corte posições sobre o Brasil.

Segundo Tengarrinha:

Logo após a implantação do regime liberal, liberto dos constrangimentos anteriores, o movimento jornalístico em Portugal sofre rapidíssimo incremento, multiplicando-se os periódicos, que alcançam audiência mais larga e, segundo testemunhos da época, passam a exercer grande influência, sobretudo nas camadas urbanas politizadas. (...) O aparecimento de jornais em tão grande número promovendo o debate de ideias e a consciência política dos cidadãos seria, segundo os dirigentes liberais, um meio indispensável para sustentar a causa constitucional, o que, como princípio, só poderia ser alcançado com a liberdade de imprensa. (TENGARRINHA, 2013, p. 318-324)

Sobre a expansão da imprensa, Torgal (1980) entende que a Revolução Liberal de 1820 corroborou para o aparecimento de várias obras de eclesiásticos e folhetos que discutissem o momento político.

A profusão jornalística liberal e a crítica exacerbada que certos liberais faziam, nos seus periódicos e panfletos, no Parlamento ou na rua, aos defensores do autoritarismo régio, a quem chamavam de ‘servis’ ou ‘corcundas’ provocaram o aparecimento de uma vastíssima panfletagem, que por um lado, procura criticar essa multiplicação de jornais e os jornalistas ‘improvisados’ e ‘oportunistas’ que então proliferavam e que por outro, pegando no termo ‘corcunda’, o empregava de acordo com seus interesses, virando-o contra liberais que o utilizavam. (TORRAL, 1980, p. 287)

Para o historiador da imprensa lusitana, Jorge Pedro Sousa, os liberais entendiam que havia uma diferença entre direitos e poder da nação e do povo, porque acreditavam que essa condição estava atrelada a questão econômica, em que o cidadão “para ser

⁴ No Brasil, o aumento de periódicos em circulação foi a partir de 1821, com o primeiro decreto da Lei de imprensa em março de 1821. Ver gráfico com evolução em FLORES, G.B. in: Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro (2014).

verdadeiramente livre, haveria que possuir bens que garantisse a independência material” (SOUSA, 2017, p.104). Desse modo, a imprensa ganhou força, por ser um instrumento que poderia garantir cultura política ao povo.

Segundo Sousa (2017):

Ao assegurar pela primeira vez aos portugueses o direito à liberdade da comunicação do pensamento, a Constituição liberal de 1822 instituiu, indiretamente, o direito à liberdade de expressão e de imprensa. A 12 de julho de 1821, aliás, já tinha sido ratificada pelo rei, em consequência, a primeira lei portuguesa sobre liberdade de imprensa, que aboliu formalmente a censura prévia, embora previsse, prudentemente, mecanismos de condenação dos abusos dessa liberdade que, na verdade mantinha a censura. A censura, efetivamente, nunca acabou, mas as condições políticas entre 1820 e 1823, as divergências no campo liberal, os conflitos de poder entre as autoridades e entre os próprios órgãos do estado e o ritmo intenso de publicação de novos periódicos tornaram-se relativamente inoperacional. (SOUSA, 2017, p.105).

Com o direito de poder dizer, de expressar opinião, os periódicos lusitanos daquele início do século XIX se dividiam entre apoiar a independência do Brasil e os que defendiam a permanência do Reino Unido, porque a separação política e econômica era vista por muitos como enfraquecimentos da sociedade liberal que estava sendo formada. O retorno de D. João VI à Portugal foi uma tentativa de apaziguar os ânimos já acirrados, embora tenha gerado muita polêmica e revolta por parte dos que defendiam a permanência da monarquia no Brasil e os que defendiam o regresso da Corte à Europa. Segundo Silva dos Santos (2013, p.68-69) “em Portugal os liberais estavam decididos a vetar as concessões que D. João VI tinha outorgado ao Brasil. As suas ideias, a esse respeito, resumiam-se à recolonização, isto é, o regresso do Reino do Brasil à antiga condição de colônia.

Como já falamos anteriormente, nosso *corpus* de investigação é composto pelos jornais que circularam nesse período, tanto em Portugal como no Brasil: *A Trombeta Lusitania* e *A Navalha de Figaró*, *Astro da Lusitania*, *O Campeão Portuguez em Lisboa* (ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional), *O Macaco Brasileiro* e o *Reverbero Constitucional Fluminense*, buscando compreender como o Brasil era discursivizado pelos periódicos lusitanos e brasileiros.

2. 2. Movimento de análise

A *Trombeta Lusitania*, teve como redator Manoel Joaquim da Rosa e Silva e circulou em Lisboa entre novembro de 1822 e junho de 1823, período marcado pela “Conspiração da Rua Formosa”, que queria o retorno ao regime da monarquia tradicional e o absolutismo, ou seja, era contra a Revolução Liberal de 1820 e a monarquia constitucional.

O historiador português Luís Reis Torgal, analisando os jornais do início do século XIX, entendeu que havia regularidades na imprensa anti-liberal. Segundo o autor:

O estudo da imprensa contra-revolucionária do período vintista assume, sem dúvida, grande significado entre os temas que merecem a nossa atenção. A sua importância, com efeito, parece-nos fundamental no processo de crise do nosso primeiro ensaio de liberalismo, pois teve o papel de ir criando uma consciência derrotista relativamente às novas instituições e à situação do País, através das suas críticas, das suas insinuações e de seus boatos. A característica mais proeminente dela é, pois o pendor combativo. Os seus jornais e os seus panfletos –as obras doutrinárias não tem então existência – raramente apresentam, portanto, um sentido pretensamente objetivo, preferindo utilizar a polémica como arma, embora ela se esconda, por vezes, através da ironia e, quase sempre, através dos mais firmes protestos de defesa da Constituição e da ordem liberal. Tomando a iniciativa do ataque ou reflectindo a seu modo os acontecimentos que se passavam na cena política portuguesa favoráveis à oposição ao liberalismo, a imprensa contra-revolucionária teve, na verdade, o papel desmoralizador que as suas intenções exigiam. E a sua função parece-nos neste aspecto ter sido tanto mais eficaz quanto pensamos que o processo liberal português se perdeu sobretudo na cidade, e muito particularmente na capital, local privilegiado da acção da imprensa. (TORGAL, 1980, p. 284-285)

A primeira edição do jornal *A Trombeta Lusitania* circulou em 14 de novembro de 1822⁵, e nela já vinha marcada a separação entre Portugal e Brasil, no artigo intitulado “*Golpe de vista sobre o Estado actual*”:

Estado Exterior. Principiaremos por aquelle que mais nos affecta; isto he, pelas nossas possessões ultramarinas. Quando o Congresso se reunio as recebeo intactas, das mãos de seus Constituintes. Mas a ocasião era melindrosa; tratava-se de reivindicar direitos perdidos, e o Brazil era parte interessada pelo direito natural. Era pois necessário pôr em acção a mais refinada, e astuta Politica para negociar com ele fraternalmente. A partilha não era duvidosa; ambos tinham reclamações a fazer, e nenhum dos dous queria ficar prejudicado. A vontade era igual

⁵ As doze primeiras edições foram reeditadas em 1823.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

de parte a parte, e só a convenção devia servir de objeto á contenda. Foi nesta aptitude, que o Congresso se achou com o Brazil, e que vio todos os olhos, assim naturaes, como estranhos, atentamente fixos sobre sua conducta. Lisongeiros prelúdios vaticinárão ao Congresso huma feliz disposição para o negocio, e abriu-se em fim huma honrosa estrada para a negociação. O Rei appareceu em Lisboa nesta conjunctura, deixando seu herdeiro no Brazil; e este acontecimento foi mais huma vantagem para ambos os Letigantes. Entabolarão-se as negociações debaixo destes aprazíveis auspícios; porém depressa o orgulho metropolitano gerou a ambição, esta as mal entendidas reclamações; daqui passou-se ás animosidades, estas afugentárão toda a idéa de hum ultimatum, e em fim romperão-se as hostilidades! (...) Se a tudo o que deles colhermos amontoarmos ainda a hostile conducta, que houve para com os Representantes do Brazil, não hesitaremos hum momento em proferir a sentença! Não era com hum tal systema, que se ligavão mutuos interesses, e que se havia de estabelecer hum novo tratado de tanta importancia. Pareceu que no Congresso houve hum systema evidente de desunião! E alguns dos seus Membros se conduzirão constantemente de huma maneira, nada equivoca a fazer valiosa suspeita. (A TROMBETA LUZITANIA, n.1 14 de novembro de 1822 [1823])⁶

Podemos observar já nessa primeira edição do periódico, a discussão sobre a independência do Brasil, ocorrida meses antes de começar a circular o jornal. Segundo os historiadores, a separação entre a colônia e a metrópole foi uma das causas da Contrarrevolução de 1823, que encerrou o período do liberalismo português e que podemos ver marcado nos dizeres do jornal, nas Sequências Discursiva 1 e 2:

SD1: *“Principiaremos por aquella que mais nos affecta; isto he, pelas nossas possessões ultramarinas. (...)Mas a ocasião era melindrosa; tratava-se de reivindicar direitos perdidos, e o Brazil era parte interessada pelo direito natural. Era pois necessário pôr em acção a mais refinada, e astuta Politica para negociar com ele fraternalmente”*.

SD2: *“Se a tudo o que deles colhermos amontoarmos ainda a hostile conducta, que houve para com os Representantes do Brazil, não hesitaremos hum momento em proferir a sentença.”*.

A partir dessas Sequências Discursivas (1 e 2) entendemos que a permanência do Brasil como colônia de Portugal sempre foi um dos pontos de conflitos, tanto na Revolução Liberal de 1820 como na Contrarrevolução de 1823. Em nenhum dos dois momentos, os lusitanos desejavam o rompimento com a colônia por motivos econômicos,

⁶ Mantida a ortografia original.

uma vez que podiam usufruir das riquezas além-mar, isto é, queriam a permanência do Brasil no Reino Unido, e a Corte em Lisboa, deixando assim de ser “a colônia da colônia”, conforme afirmou Monteiro, Pedreira (2013).

Essa ideia de retomada do Brasil à força, também está marcada na edição número 5, de 23 de novembro de 1822, *A Trombeta* questiona o rei D. João VI sobre nova expedição para o Brasil. A proposta é retomar a Bahia e manter o domínio político e comercial sobre a ex-colônia.

Esta medida segundo geralmente se assevera, he tendente a promptificar mais huma Expedição para o Brazil, que acompanhará a nova Regência, que segundo o Decreto das Côrtes, deve governar aquella Parte, estabelecendo-se na Bahia, como o mais central, e interessante ponto do Brazil. (...) Poderá Portugal dispor de huma força sufficiente com que possa da Bahia impor a todo o Brazil, ou pelo menos conservar n'huma grande parte dele os nossos interesses políticos, e comerciaes? (...) Que vantagens conhecidas nos poderão resultar dessa occupação? Parece que nenhuma. O Commercio não terá vigor algum, porque os gêneros, que fazem seu principal objeto, só serão extrahidos em mui diminuta porção, á ponta da baioneta. (...) O Brazil no estado em que hoje se acha, já não pode abraçar outra Causa, que não seja a sua independência, sem reconhecer outro Governo, que não seja o do Rio de Janeiro. (...) Pense bem o Governo sobre o passo que vai dar, porque ele he decisivo; vai submeter o Brazil, ou perde-lo para sempre. (A TROMBETA LUZITANIA, n. 5, 23 de novembro de 1822[1823])⁷

Embora o envio de uma expedição para tomar parte do Brasil seja questionado pelo editor do periódico, discursivamente entendemos que esses dizeres sobre a independência marca a voz do colonizador europeu sobre a colônia americana. Ou seja, há uma memória que produz sentidos de pertencimento do Brasil em relação a Portugal, das antigas navegações e da exploração da riqueza brasileira feita por europeus e que mesmo depois da independência, há a necessidade de manter algum elo entre as duas nações, como podemos observar na SD3 abaixo:

SD3: Pense bem o Governo sobre o passo que vai dar, porque ele he decisivo; vai submeter o Brazil, ou perde-lo para sempre

Compreendemos que o principal efeito desse gesto de interpretação é de unidade entre Brasil e Portugal, sendo uma única nação, uma unidade territorial e política. Por

⁷ Mantida a ortografia original.

isso há a necessidade dos periódicos marcarem esse pertencimento da Corte sobre a colônia.

Entendermos que os sentidos sempre podem ser outros, dependendo das condições históricas e sociais em que foram produzidos e das condições de produção⁸ em que serão lidos, esses sentidos podem ser muitos, mas não qualquer um, ou seja, eles sempre são afetados pela posição-sujeito⁹ que se põe a interpretar, dentro das condições materiais de existência específicas (históricas) que os determina.

Portanto, discursivamente entendemos que o jornal *A Trombeta Luzitania* ao questionar a expedição para a Bahia ou mesmo a independência, traz os sentidos de reino para Portugal e de colônia para o Brasil, como sendo somente esta situação política possível.

A questão da separação política e econômica entre Brasil e Portugal também foi retratada nas páginas de vários periódicos, tanto em Portugal como no Brasil. *A Navalha de Figaró*, jornal contrarrevolucionário usou esse acontecimento histórico para combater a Revolução Liberal de 1820. O periódico começou a circular em Lisboa em 26 de julho de 1821 e teve apenas três edições. Não tinha data precisa para circular e o nome do redator não era revelado e nem onde era impresso, por isso considerado “clandestino”, pelos historiadores da imprensa lusitana.

Ao longo dos três números deste periódico, os únicos que conhecemos, são claras, na verdade, as suas intenções antiliberais e anticonstitucionais, bem como o apelo concreto a que os militares tomassem posições contra a ordem política vigente. (TORRALBA, 1980, p. 287)

Considerando o Brasil como uma nação sem condições de estabelecer relações internacionais e políticas, *A Navalha de Figaró* retrata nas páginas do periódico o povo brasileiro como selvagem e sem condições de pertencer a uma nação, como podemos ver na Carta endereçada à Corte, intitulada “*Aos Deputados du Cortes do Reino*”

⁸ A condição de produção para a Análise do Discurso corresponde ao sujeito e situação, pode ser considerada em seu sentido restrito, que é o da circunstância da enunciação, ou no sentido lato, que corresponde a conjuntura sócio-histórica, ideológica.

⁹ O sujeito na AD tem dimensão discursiva e é visto como “posição”, isto é, tem a ver com o lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Ele não tem acesso ao modo como ocupa essa posição, não tem acesso direto à exterioridade que o constitui. O sujeito ao se inscrever numa formação discursiva, assume uma posição. A relação entre o sujeito que enuncia algo e o sujeito do saber da formação discursiva é produzido pela identificação que esses sujeitos estabelecem entre si.

de Portugal Brazil e Algarves”. A Carta foi publicada na primeira edição do periódico *A Navalha* e assinada por Carneiro, que se denomina um “*portuguez orthodoxo nos princípios da verdadeira Liberdade civil*”.

Sem recursos poderosos nenhuma nação se pode habilitar para manter, no meio de suas emensas persisões, as paixões irritadas, e os diferentes embaraços que tem que encontrar, hum fixo, e invariável systema de independência nacional; não porque careça de dezejos, e planos de a estabelecer no seu interior; mas porque lhe faltão aquellas ligações de exterior politica que he a propriedade das potencias estrangeiras, as quais veem com desprezo, abolido a decência da Magestade, e do decoro, e da representação do Throno, que tinha, ate aqui instalado a sua consideração nacional. Devolvendo, da maneira que presentemente faz Portugal, as suas conexões exteriores com quase todas as potencias da Europa, ameaçando a existencia da maior parte da sua Monarquia, com hum ilusiva conjectura de regenerar povos ainda na primeira idade do barbarismo; povos destituídos de todas as ideias do verdadeiro bem da liberdade civil, e ignorantes de hum beneficio que não podem apreciar nem sabem dar todo o pezo de seu valor; e he nestas vistas de détrimto geral que as Cortes concebem como executável a regeneracao total da Monarquia? He destacando, do gremio da obediência, povos que ate aqui obedecião com lealdade, e precisão as leis, e os decretos dos seus Soberanos, e que agora abraçando as mesmás opiniões dos promotores da geral desordem, se levantão, com a mesma razão doque eles, independentes de qualquer pezo que que lhe quer impor a may patria? (A NAVALHA DE FIGARÓ, 1821, p.12-13)¹⁰

Podemos observar que ao reproduzir a carta de Carneiro, o jornal *A Navalha*, produz um processo de repetição em que coloca em suspenso a independência brasileira e como o brasileiro é reconhecido pelos portugueses, conforme as sequências discursivas abaixo:

SD4: (...) *ameaçando a existencia da maior parte da sua Monarquia, com hum ilusiva conjectura de regenerar povos ainda na primeira idade do barbarismo; povos destituídos de todas as ideias do verdadeiro bem da liberdade civil, e ignorantes de hum beneficio que não podem apreciar nem sabem dar todo o pezo de seu valor (...)*¹¹

Nesses dizeres, o brasileiro é representado/reconhecido como um povo bárbaro, que não tem condições de ser livre, porque não entende o que é liberdade. Esses dizeres retomam a Carta sobre “*A História da Província de Santa Cruz*” de Pêro de Magalhães

¹⁰ Mantida a ortografia original.

¹¹ Grifos meu.

Gândavo, escrita por volta de 1570, sobre os índios, descrevendo eles como desumanos e cruéis, sendo visto como bárbaros e violentos.

Diferente dos periódicos lusitanos, que representavam o brasileiro de maneira preconceituosa, no Brasil o periódico *O Macaco Brasileiro* usava de ironia para representar o povo brasileiro. Redigido por Manoel Zuzarte e Pedro da Silva Porto, era escrito com uso de metáforas, fazia deboche da situação política do momento, se apresentava como único jeito de ser útil ao público, por meio das crítica aos costumes da época. O jornal, que circulou no Rio de Janeiro, teve apenas dezesseis edições, entre junho e agosto de 1822, mas gerou polêmica com outros periódicos da Corte.

A ironia se dá a partir do título do periódico, pela designação *Macaco Brasileiro*, que trabalha ao mesmo tempo com o lugar-comum da visão do outro – do estrangeiro (inclusive aí, discursivamente, o português) e com a figura de linguagem da metáfora, deslocando-a: não se trata de imitar, mas de dizer, macaqueando. Podemos dizer também, que o título do periódico traz sentidos que foram formulados a partir da descoberta do Brasil e marcado em vários dizeres dos periódicos que circularam em Portugal nesse período entre 1820 e 1823. Para os colonizadores, os brasileiros, principalmente os descendentes dos índios, os nascidos na colônia, os mestiços, descendentes dos escravos africanos e os que não frequentavam os bancos escolares, podiam ser considerados bichos. Se nos jornais lusitanos o brasileiro era representado de forma preconceituosa, no jornal o *Macaco*, era com a graça, com o deboche, com suas artes e macaquices, que representava o povo, os brasileiros que não tinham direitos, que não podiam falar. Como nos ensina Orlandi (2003, p. 20) sobre o discurso da conversão¹², “assujeitar é civilizar o gentio para não exterminá-lo. Converter é assujeitar para evitar, antes de tudo, a antropofagia, mas também a falta de autoridade política, a falta de religião, a rudeza mental, o ativismo à selva”. O jornal usa a imagem do brasileiro que está na memória como estereótipo, e a graça é justamente porque ele revela o estereótipo, mostrando que a ironia é tratar o brasileiro desse jeito.

Entretanto, ao colocar “brasileiro” junto ao nome do bicho, a metáfora desliza, porque dá nome a uma nação: a brasileira, dentro de um estado português. Também porque reverbera os dizeres dos editores portugueses sobre o povo que habitava a América

¹² O discurso da conversão é o discurso sobre a necessidade de governar (poder, lei, Rei, Deus).

e que formava o “Reino-Unido”. Discursivamente, a metáfora é entendida como efeito de uma palavra por outra.

Uma palavra, uma proposição não tem um sentido que lhes é próprio, vinculado a uma literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantem com outras palavras, expressões ou proposições a mesma formação discursiva . (PÉCHEUX, 1988, p.160-161)

Na primeira edição de *O Macaco Brasileiro*, podemos ver como ele representa o brasileiro assujeitado, “preso ao cepo” e as marcas da impossibilidade de enunciar, cabendo a eles (macaco) apenas guinchar.

Meus amigos, Sou Macaco velho, calejado por natureza e por experiência, preso ao cepo, há tantos anos, e correndo de mão em mão, muito havia de aprender a minha custas, e também imitando ou fazendo o que via, mexi livrinhos e ouvindo coisinhas, nada me tem escapado, até não escapei de apanhar de travesso, mas como não podia falar, aguentava as chuchas caladas e só guinchava. (O MACACO BRASILEIRO, n.1. junho 1822)

Compreendemos que há um processo de repetição de sentidos sobre o brasileiro, desde a sua “descoberta”. Discursivamente entendemos a repetição como “um efeito de série” (ACHARD, 2007, p.12) que regulariza determinados sentidos, fazendo parecer “natural”. Segundo Indursky (2011, p.71), “repetir, para a AD, não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer [...]. Mas a repetição também pode levar a um deslizamento, a uma resignificação, a uma quebra do regime de regularização de sentidos”, ou seja, é pela repetição que se constrói sentidos, reconfigurando acontecimentos que permanecem na memória do leitor, produzindo efeito de verdade.

Ao produzir esta ordem da repetibilidade nos jornais do século XIX, a memória que os periódicos lusitanos produziram sobre os habitantes da colônia brasileira é de barbárie. Entendemos que há uma relação entre barbárie e civilização, por isso ao brasileiro só cabe imitar, como macacos, principalmente os portugueses e, portanto, não teriam condições de se constituírem como nação, por isso questionavam a separação de Portugal.

Segundo Tengarrinha:

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

Nos artigos publicados nos jornais portugueses distinguem-se posições muito diferentes: os que defendiam medidas políticas e persuasivas para evitar a separação; os que propunham severas medidas punitivas e até o envio de tropas para dominar o território, tentando preservar a união por todos os meios; e os que opunham à desunião, mas sentiam-se impotentes por considerarem ser cada vez mais tarde para evitá-la. (TENGARRINHA, 2013, p.344).

O redator da *A Navalha de Figaró*, também cobra das Cortes ações que geram o rompimento político e econômico com o Brasil. Para o periódico, Portugal necessita das riquezas exploradas, como ouro, o pau-brasil, as ervas, para a sobrevivência e soberania lusitana.

Que a nação não deve demorar mais, como assembleia nacional, hum congresso de conventiculos; he hum dever que ella deve impor a si; e hum anno de experiência fatal a monarquia Portugueza, tem mostrado que os actuais membros das Cortes, não tem feito mais do que deslacerar a massa da Monarquia Portugueza, que existia, por perto de sete seculos, intacto de divisões, ou sublevações que a reduzirão ao mero valor de hum Zero na sua consideração Política, com as mais nações da Europa. Que se lembre a nação Portugueza, que o vasto continente do Brazil, o Emperio da Riqueza Lusitana, esta se desviando pouco, a pouco da sua Dominação. Que os recursos de Portugal não são nenhuma, sem a estricta união com aquelle continente onde existe o Espolio da sua grandeza, e o verdadeiro berço da sua industria nacional; aqual deve consideração ao seu commercio, a sua opolencia, e a sua navegação. Que se lembre a nação Portugueza, que a regeneração, que exigem, para si, he a mesma, que o Brazil, esta em direito de reclamar, huma vez que se desatou o nó que conservava a Soberania, das tres Reinos debaixo dé hum aso coroa, e dominação; que estreitando-se o poder do Soberano, que em todo o tempo dominou com pudencia, e sabedoria, pondo de parte a falsa ideia dos facciosos, que clamão tumultariamente, regeneração, sem considerarem os perigos da que metem toda a Monarquia Portugueza com seus clamores. O Brazil, situado em outro Hemisferio, seguira o exemplo dos Americanos Inglezes, proclamando a sua independencia, estabelecendo as suas relações em direitura com as mais nações, resultado inevitável da doutrina que tem produzido a falsa politica, dos actuais membros das Cortes regeneradoras. (NAVALHA DE FIGARÓ, 1821, p. 84-86)¹³

Como já dissemos, as questões econômicas sempre estiveram no centro das discussões nos periódicos que circularam na Corte, naquele período. Ou seja, no entendimento dos redatores e de muitos deputados lusitanos, perder as riquezas que exploravam do Brasil era tornar o Reino de Portugal mais pobre, com maiores

¹³ Mantida a ortografia original.

dificuldades econômicas. Essa regularidade está marcada na Sequência Discursiva abaixo:

SD7 : Que se lembre a nação Portuguesa, que o vasto continente do Brazil, o Imperio da Riqueza Lusitana, esta se desviando pouco, a pouco da sua Dominação. Que os recursos de Portugal não são nenhuma, sem a estricta união com aquelle continente onde existe o Espolio da sua grandeza, e o verdadeiro berço da sua industria nacional; aqual deve consideração ao seu commercio, a sua opolencia, e a sua navegação.

Bem como a Sequência Discursiva abaixo em que já expunha a ideia de nação, ao deixar de ser colônia da Portugal e reconhece o direito do Brasil de se emancipar:

SD8: Que se lembre a nação Portuguesa, que a regeneração, que exigem, para si, he a mesma, que o Brazil, esta em direito de reclamar, huma vez que se desatou o nó que conservava a Soberania, das tres Reinos debaixo de hum aso coroa, e dominação; que estreitando-se o poder do Soberano (...)O Brazil, situado em outro Hemisferio, suguera o exemplo dos Americanos Inglezes, proclamando a sua independência.

Segundo Castro:

Transferindo a identidade politica reconhecida ao reino, para a ideia de nação, transferidas estavam as suas características essenciais em termos de poder soberano (...) A independência surgia, assim, na sequência de um processo iniciado anteriormente e no qual ‘as máximas do partido revolucionário, ao determinarem a vontade geral, legitimariam o lugar da nação com única condutora da ‘mudança de seu estado político’. (CASTRO, 1993, p.671)

Independente da posição política dos periódicos que circularam no Porto, Coimbra e Lisboa na década de 20 do século XIX, a questão da separação do Brasil de Portugal sempre ocupou as páginas dos jornais, tanto nos periódicos liberais como nos absolutistas, que circulavam no continente europeu e no continente americano. Com já falamos, a promulgação da portaria que instituíu a liberdade de imprensa, propiciou todo tipo de periódicos, desde que não desrespeitassem a igreja, a monarquia, as leis e os bons costumes, o que permitia, na prática, acirrada discussão sobre o momento político.

Segundo Sousa:

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

As novas condições legais permitiram o aparecimento de dezenas de novos jornais políticos e político-noticiosos em poucos meses, maioritariamente de perfil liberal, distinguindo-se, entre eles, o *Astro da Lusitânia*, de Joaquim Maria Alves Sinval, e *O Independente*, do patriarca da Revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, e de José Joaquim Ferreira de Moura. *O Mnemosine Constitucional*, de Pedro Alexandre Cavroé, não foi tao influente quanto os outros dois, mas deve ser citado porque foi a esse panfletarista que José Agostinho de Macedo, nome importante da crítica vintista ao jornalismo, redigiu várias Cartas. (SOUSA et al, 2010, p.66)¹⁴

Mostrando insatisfação com os rumos da política e da economia portuguesa, os redatores liberais, que apoiaram a Revolução de 1820, também usavam suas páginas para contestar e demonstrar a insatisfação com a monarquia e as decisões de alguns deputados na Corte em Lisboa. Com essa proposta, o maçom José Liberato Freire de Carvalho edita *O Campeão Portuguez em Lisboa*, que circulou em Lisboa entre abril de 1822 e maio de 1823. Era um semanário político, publicado para advogar os interesses da nação portuguesa, em ambos os mundos, servindo de continuação ao *Campeão Portuguez em Londres*. Surgiu, segundo Tengarrinha (2013) como defensor do regime constitucional, contra a ofensiva antiliberal. O periódico critica Portugal por se tornar colônia do Brasil e afirma não aceitar a independência.

Na edição de maio de 1822, *O Campeão Portuguez* questiona o que é Reino Unido e a igualdade de direitos a todos os cidadãos, no texto intitulado Portugal e o Brasil:

Se um habitante do Brasil, só porque aí nasceu, pode dizer com direito e justiça, esta terra é minha, e pelo mesmo direito e justiça pode declarar independente a terra que nasceu, sem o consentimento unânime dos outros habitantes da mesma monarquia, na totalidade dos quais reside o direito de separar ou alienar; então, nesse caso, o mesmo direito pode ter, por exemplo, o habitante da Beira (...) E já direito público que tal autorize? Ou com tais princípios pode haver associação alguma política? (O CAMPEÃO PORTUGUEZ EM LISBOA, t.1. n.5, 4 de maio de 1822, p. 71-72)¹⁵

Destacamos a seguinte Sequência Discursiva:

¹⁴ Grifos do autor.

¹⁵ Mantida a ortografia original.

SD9: Se um habitante do Brasil, só porque aí nasceu, pode dizer com direito e justiça, esta terra é minha, e pelo mesmo direito e justiça pode declarar independente a terra que nasceu, sem o consentimento unânime dos outros habitantes da mesma monarquia, na totalidade dos quais reside o direito de separar ou alienar¹⁶

Analisando discursivamente o trecho acima, compreendemos que o periódico considera que a independência brasileira precisar ser legitimada pelos Constituintes da Corte, pela monarquia, não podendo o Brasil decidir por conta própria o rompimento. Dito de outro modo, para o editor do periódico, o “habitante do Brasil” tem direitos e deveres ligados juridicamente a Portugal, não podendo tomar decisões por conta própria, isto é, o Estado é quem pode e deve decidir sobre o rompimento. Sobre essa concepção de Estado, Lagazzi (1988) em sua obra *O desafio de dizer não*, entende que o Estado está vinculado à fundamentação do poder jurídico, que regula os direitos e deveres dos cidadãos conforme seus interesses. Portanto, a democracia liberal não teria como ser realizada numa sociedade de Estado, pois não há a possibilidade de garantia de direitos, só havendo conflitos de interesses.

(...) O Estado é constituído pelas relações que se dão entre ‘proprietários’ e ‘não-proprietários’, por direitos e deveres antagônicos. O Estado é o Estado *capitalista-jurídico* e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção, já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os interesses e direitos/deveres de outros. (...) Nas sociedades de Estado, portanto, as relações de poder estão diretamente ligadas à coerção, são ‘relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência. A *relação jurídica* que se estabelece nessas sociedades torna-as coercitivas. (LAGAZZI, 1988, p.16)¹⁷

Ao relacionarmos o primeiro trecho recortado acima com o que está abaixo, nos chama a atenção o deslizamento de sentidos em que a forma material entre ‘habitantes do Brasil’ é substituída pela nomeação ‘Portugueses Brasilienses’. Podemos ver essa regularidade no *Campeão Portuguez* em Lisboa, no artigo intitulado “A Constituição e o Brasil. Duas palavras aos Portugueses Brasilienses”:

¹⁶ Grifos meu.

¹⁷ Grifos da autora.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

A Constituição e o Brasil. Duas palavras aos Portugueses Brasilienses - Portugueses Brasilienses! – O laço político e constitucional, que no faustíssimo dia 3 de novembro do ano de 1822, acaba de unir em corpo de Nação livre e Soberana a todos os Portugueses Europeus, e em breve vai igualmente estreitar a união dos Portugueses espalhados pela África e Ásia deixará, por ventura, de ser bastantemente forte, útil e até honroso, para não ligar na mesma política cadeia e nobre porção do Povo Português Brasiliense espalhado no vastíssimo Hemisfério Americano desde o Amazonas até o Prata? Não Brasilienses! Porque não parece isso próprio dos virtuosos Portugueses, qualquer que seja o clima que eles tenham nascidos ou habitem; porque em toda a parte eles não podem nem devem negar o nome de tão ilustre e honrada família. Nós todos os Portugueses, espalhados em todas as partes do mundo e em terrenos descobertos e ganhados por nosso incomparável valor, ficamos politicamente emancipados no glorioso dia 24 de agosto de 1820; e então, porque não havemos de gozar todos em comum dos incalculáveis benefícios que por essa emancipação recebemos? Que todo o Brasil, ou parte dele, pretendesse separar-se ou desunir-se do centro do berço comum, a Mãe Pátria, quando em nome do nosso Bom Rei, por exemplo os Borbas, Salteres, Forjarez e Nogueiras Septembrisarão e Outubroisarão monstruosamente os Portugueses em Lisboa; e os Villas Novas Portugueses, em nome do mesmo Bom Rei, publicavam no Rio de Janeiro **leis atrozes de Lesa Majestade** contra outros Portugueses; não haveria em tal procedimento grande matéria de espanto; porém agora que todos somos livres, e que para todos, **sem exceção**, vai haver um código sagrado que tem por fim proteger a liberdade e segurança de todos os Portugueses, em qualquer parte do globo que habitem, que hajam as desavenças fraternais, e por elas se quebre essa tão antiga, e tão útil união de família; é com efeito um tal acontecimento desgraçado o mais próprio para produzir nos presentes e futuros o maior pasmo e assombro! As divisões políticas ou de famílias ordinariamente se operam quando uns todos querem para si, e outros ficam sem nada: porém, Portugueses Brasilienses, a onde estão os direitos e liberdades que a Constituição não reparta igualmente com todos? É verdade que há certos incômodos que necessariamente resultam de circunstancias inevitáveis, como são por exemplo, as distancias; porem se tais incômodos fossem razão suficientes para vossa separação; quase todas as províncias de Portugal teriam, até um certo ponto, a mesma razão para se desunirem; porque nem todas elas são, ou podem ser Lisboa, aonde é necessário que se fixe a mola real ou o centro dos primeiros Poderes do Estado. Eia pois, Portugueses Brasilienses, olhai em torno de vós; e examinai bem qual é a Vossa posição política; por um lado tendes facciosos que, por interesses particulares, vos excitam a cometer o horrendo crime de **patricídio**, ou da separação política, para entre Vossas desgraças e misérias, disporem de um monstruoso poder ensopado de sangue, ao mesmo tempo que tendes a essa terrível e numerosíssima povoação Africana, que espreita Vossas dissensões para delas se aproveitar; e por outro lado tendes já, pronta e à vista, a única taboa segura da Vossa salvação, a **Constituição Política** de toda a Monarquia; pois bem, ainda estas a tempo; refleti maduramente na Vossa posição e escolhei. (CAMPEÃO PORTUGUEZ EM LISBOA, n. XXXIII, vol. II, p. 110, 16 de novembro de 1822)¹⁸¹⁹

¹⁸ Grifos do autor

¹⁹ Mantida a ortografia original.

Essa regularidade na nomeação produz um efeito de sentido de herança, filiado à glória e a conquistas dos portugueses, fazendo reverberar os sentidos de união, reforçando a ideia de pertencimento do Brasil à Portugal. O periódico também questiona a separação, afirmando que independente do local de nascimento, todos os ‘portugueses e brasileiros’ formam uma única família. Que a liberdade foi conquistada por todos na Revolução Liberal de 1820

Destacamos a seguinte Sequência Discursiva:

SD10: (...) *As divisões políticas ou de famílias ordinariamente se operam quando uns todos querem para si, e outros ficam sem nada: porém, Portugueses Brasilienses, a onde estão os direitos e liberdades que a Constituição não reparta igualmente com todos?*

Podemos destacar também no trecho acima, os sentidos de ser livre, de liberdade para esse periódico. Para o redator do *Campeão Português em Lisboa*, ser livre é respeitar e cumprir a Constituição Liberal de 1820 e as leis portuguesas. Também chama a nossa atenção como também esse periódico se refere à população africana, os escravos, que habitavam o Brasil, como observamos na Sequência Discursiva 11:

SD11: (...) *Eia pois, Portugueses Brasilienses, olhai em torno de vós; e examinai bem qual é a Vossa posição política; por um lado tendes facciosos que, por interesses particulares, vos excitam a cometer o horrendo crime de **patricídio**, ou da separação política, para entre Vossas desgraças e misérias, disporem de um monstruoso poder ensopado de sangue, ao mesmo tempo que tendes a essa **terrível e numerosíssima povoação Africana**, que espreita Vossas dissensões para delas se aproveitar (...)*²⁰.

Discursivamente relacionamos esse recorte as tipologias do silêncio desenvolvidas por Eni Orlandi em *As formas do Silêncio no movimento dos sentidos*. Na sua formulação, Orlandi desenvolve dois tipos de silêncio: o fundador e a política do silêncio. Sobre o silêncio fundador, a autora entende que é necessário o silêncio para o dizer fazer sentido: “sem silêncio não há sentido (...) é o silêncio que existe nas palavras,

²⁰ Grifos meu

que as atravessa, que significa o não-dito e que há um espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar (...) é a respiração da significação para que o sentido faça sentido” Orlandi (2001, p.128). Nos interessa aqui a política do silêncio, que para dizermos algo, apagamos outros sentidos possíveis, indesejáveis. A política do silêncio tem a forma de existência ligada ao silêncio constitutivo:

(...) o silêncio constitutivo pertence à ordem própria de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 2002, p.75-76)

Portanto, ao se referir aos africanos no Brasil como “terríveis e aproveitadores” os periódicos silenciavam quase 300 anos de escravidão negra implantada durante o século XVI e que teve seu auge entre os anos de 1700 e 1822. Nesse período, o comércio de escravos era um negócio lucrativo para portugueses, permanecendo até 1888, com a assinatura da Lei Áurea²¹. Podemos ver aí uma regularidade que permanece, em certa medida, até os dias de hoje, que marca o negro como uma sub-raça. Dito de outra forma, ao se referirem aos negros africanos residentes no Brasil como “terríveis” eles apagam, silenciam a escravidão e a barbárie produzida por eles contra um povo e transferem para eles a nomeação de “terríveis e bárbaros”, apagando a violência que sofreram pelos portugueses.

No Brasil, o *Reverbério Constitucional Fluminense*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, também ligado a maçonaria, traz a questão da separação e da união entre as famílias dos dois continentes, como já falamos acima. Sobre a questão dos habitantes do Brasil, o *Reverbero Constitucional Fluminense* transcreve trecho do *Campeão Portuguez*, em que o periódico lusitano, afirma ser “interessante o Discurso

²¹ A Lei Aurea foi assinada em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel. Na prática, a abolição da escravatura não deu liberdade para os escravos, porque ficaram dependentes economicamente dos senhores dos engenhos e coronéis, trabalhando nas fazendas e ganhando pouco ou partiam para as cidades e realizavam atividades precárias. Infelizmente no século XXI a situação dos negros no Brasil não teve mudanças significativas. Eles ainda são tratados, na maioria das vezes, como escravos ou sub-raça e de forma preconceituosa pelo Estado e parte da sociedade.

sobre os Destinos futuros de Portugal, em que o autor considera unido com o Brasil”. Nele o periódico afirma que o Brasil era completamente habitado por portugueses, como se os índios e negros não fossem cidadãos, reforçando a ideia e o preconceito a respeito do povo nascido na colônia americana.

Nenhuma das Províncias da América, que tem, ou tiveram dependência das Nações Europeias, está em tão favoráveis circunstâncias como Portugal com o Brasil. As Américas Espanholas, por exemplo, compõem-se de um grande número de Indígenas civilizados, e de outro igual ou maior de Europeus ou seus descendentes. **O Brasil pode-se dizer completamente habitado só por Portugueses, que aí nascidos, quer na Europa, porque os Indígenas do Brasil ou vivem no interior sem fazer corpo de Nação civilizada, ou em muito pequeno número vivem conosco sem nenhuma influencia civil ou política.** Assim, é claro que nas Américas Espanholas pode haver um motivo plausível de antipatia e desunião entre Americanos e Europeus; **não existe, e nem deve racionalmente existir entre Portugueses Europeus, ou Brasileiros porque todos eles formam a mesma Família e são exclusivamente dependentes do mesmo tronco Europeu.** Não falamos na povoação preta, ou de cor sendo a primeira quase toda de escravos, são esses como estranhos no País sem direitos políticos, e sendo a segunda uma mistura de Portugueses com pretos, ou Índios, entram eles na classe de Portugueses. Logo é evidente que entre Portugueses Europeus, e Portugueses Brasileiros há uma ligação natural. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, n. IV, Tomo I. 1º de novembro de 1821)²²²³

O periódico, ao usar esse enunciado do jornal português, coloca em evidência os sentidos de civilização e nação para os europeus (nascidos ou não, na Europa). Para eles, ser civilizado é ser igual ao europeu português, é estar colonizado por eles, ou seja, estar sempre ideologicamente afetados pelos dizeres dos colonizadores, como mostra a Sequência Discursiva 12:

SD12: O Brasil pode-se dizer completamente habitado só por Portugueses, que aí nascidos, quer na Europa, porque os Indígenas do Brasil ou vivem no interior sem fazer corpo de Nação civilizada, ou em muito pequeno número vivem conosco sem nenhuma influencia civil ou política.

²² Grifos meu

²³ Mantida a ortografia original.

Ao publicar uma carta que faz distinção entre índios e brancos, o *Reverbero Constitucional Fluminense* está trazendo sentidos de que a nação brasileira é homogênea quando reconhecida como nação portuguesa. Podemos compreender, também, como um movimento no sentido de “diminuir” a ideia de independência, enquanto um risco.

Vejamos a Sequência Discursiva 13:

SD13: (...) *não existe , e nem deve racionalmente existir entre Portugueses Europeus, ou Brasileiros porque todos eles formam a mesma Família e são exclusivamente dependentes do mesmo tronco Europeu.*

Ao lermos no enunciado que entre os portugueses e os brasileiros não há antipatia e desunião, porque “*são exclusivamente dependentes do mesmo tronco Europeu*” podemos pensar que os sentidos dados aos brasileiros pelos colonizadores são sempre de exclusão, de estarem sempre ligados aos europeus para ter identidade, para existir.

No terceiro número do o *Reverbério Constitucional Fluminense*, ainda em 1821, foi publicada com o título “Reflexões” uma carta assinada por J.C.S que marca a posição-sujeito assumida pelo jornal, que é a da Monarquia Constitucional. Na carta, o autor afirma que os portugueses e brasileiros formam uma só família, demonstrando que há um desejo de permanecer de certa forma unido a Portugal, como nação luso-brasileira.

É portanto evidente, que a Magnânima Nação Portuguesa na Europa, na América, e nas demais partes do seu todo, por suas virtudes heroicas, e por seu distinto caráter, **forma uma só Família, que reunida por esses preciosos vínculos, forma a base de sua perpétua harmonia, jurando-se mutuamente uma perpétua e necessária união.** (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, n. III Tomo I, 15 de outubro de 1821)²⁴

Esses dizerem no *Reverbero Constitucional Fluminense* marcam a posição assumida pelo periódico, de que o Brasil precisava de uma Monarquia Constitucional própria, aos moldes de Portugal, mas o rompimento não deveria ser por completo, uma vez que D. Pedro seria o governante.

²⁴ Grifos meu.

Retomando as análises *do Campeão Portuguez*, em fevereiro de 1823, o periódico continua discutindo a independência, já proclamada em setembro do ano anterior e mantém a nomeação de “portugueses brasileiros”. Nessa edição, o redator critica a Revolução Liberal do Porto, de 1820, afirmando que a mesma deu condições para o Brasil ser independente. José Liberato Freire de Carvalho entende que a separação só ocorreu pela generosidade de Portugal. Para o redator do *Campeão Portuguez*, a independência foi precipitada e que o Brasil faltou com a promessa de jurar a Constituição que estava sendo elaborada.

Verdade he que o Brazil, nos seus primeiros transportes de alegria e enthusiasmo, sem força nem violência, porem por actos mui espontâneos, não só logo declarou, mas jurou, que estava em tudo e por tudo pela Constituição e pelas leis que o Congresso de Portugal houvesse de fazer: mas o caso he, que o mesmo Brazil faltou á sua palavra, e agora abertamente diz, que quer ter sua Constituição, e leis particulares. (...)reduz-se a questão a decidirmos se, porque o Brazil não quer reconhecer a Constituição de Portugal como prometteo e jurou, o mesmo Portugal deve voltar atraz com a palavra que lhe deo de o deixar em plena liberdade para aceder ao novo Pacto social feito e adoptado pelos Portuguezes da Europa. A minha firme e decidida opinião he, que o não cumprir o Brazil com o que prometteo e jurou não nos auctorisar nem pode auctorisar para que nós o imitemos. (...) nem por isso quero ou pertendo justificar o procedimento do Brazil; pois que no meo entender, quebrantou ele injudiciosamente dois princípios mui sagrados; quaes são o do antigo Pacto de família, e o dos seus mais privativos e particulares interesses sociaes. Desapaixonadamente falando, ele nunca devêra romper a sua uniaõ politica com Portugal em quanto este lhe desse e garantisse igualdade de garantias e direitos: o pois que Portugal nunca recusou dar-lhe esta igualdade política, manifesto he, que ele nunca deveria querer ser o primeiro em quebrar taõ antigo e honrado pacto de família. (...) Eu não tenho, consequentemente, nenhum receio de dizer ao Brazil, que ele se apressou demasiadamente no dia e hora; e que com esta pressa agarrou sim na arvore da liberdade, mas dela colheo sôfrego um *fructo verde*. Quem havia de fazer amadurecer mais prontamente este fructo era a Regeneração política de Portugal, e a uniaõ que o Brazil mantivesse com ele por alguns anos; por isso não duvido dizer que não consultou os seus melhores interesses rompendo taõ cedo laços que o deviaõ preparar para uma certa, porem muito mais tranquila e proveitosa emancipação. (CAMPEAÕ PORTUGUEZ, n. XLVI, vol II, 15 de fevereiro de 1823)²⁵

Vejamos as Sequências Discursivas:

²⁵ Mantida a ortografia original.

SD 14: (...) *mas o caso he, que o mesmo Brazil faltou á sua palavra, e agora abertamente diz, que quer ter sua Constituiçã, e leis particulares.*

SD 15(...) *Desapaixonadamente falando, ele nunca devêra romper a sua uniaõ politica com Portugal em quanto este lhe desse e garantisse igualdade de garantias e direitos: o pois que Portugal nunca recusou dar-lhe esta igualdade política, manifesto he, que ele nunca deveria querer ser o primeiro em quebrar taõ antigo e honrado pacto de família.*

Discursivamente entendemos que as SD14 e SD 15 apagam/silenciam as disputas que aconteciam na Corte Portuguesa, em que muitos integrantes estavam incomodados com a participação de deputados brasileiros na votação da Constituinte. Ou seja, para o jornal lusitano, havia a necessidade de total obediência à Portugal, como forma de manter um juramento feito para manter o Reino Unido e a “grande família”, tão reverberada pelos periódicos.

Sobre a situação política da Corte, a historiadora portuguesa Zília Osório de Castro entende que:

Em primeiro lugar porque as representações do Brasil foram, na sua grande parte, deficitárias quanto ao número de deputados presentes. Depois, por a maioria deste se situar – tendo em conta o sentido dos votos – no mesmo quadrante ideológico das forças dominantes na Assembleia. Por último, por ser o modo de efectuar uma união que, em si mesma, se apresentava como indiscutível, a dividir em campos praticamente irredutíveis, europeus e americanos. (...) Para uns, a união incluía, de forma essencial, o reconhecimento das circunstâncias próprias de cada uma das partes do Reino-Unido. Para outros, era somente nos princípios que assentava a legitimidade política e, como tal, só eles deviam ser invocados para definir essa mesma união. No fundo, os deputados de 1821-1822 defrontavam-se na resolução de um problema teórico: como equacionar, num sistema constitucional representativo, as premissas inerentes ao conceito de reino-unido? Mas estavam, também, perante uma questão de carácter pragmático: como garantir nas terras de além-mar, a permanência do regime consagrado pelas Cortes? (CASTRO, 1993, p. 664)

Defensor da liberdade de imprensa e do regime liberal, o *Astro da Lusitânia* começa a circular em Lisboa, em 30 de outubro de 1820. Editado por Joaquim Maria Alves Sinval, o polêmico jornal não poupava críticas aos defensores do Antigo Regime e ao governo e, justamente por isso, era um dos mais lidos daquela época. Conforme Sousa (2017, pg.107) “com uma perspectiva combativa, advogando o liberalismo radical, o

jornal procurava influenciar a governação, não temia em acusar o Antigo Regime pelos males de Portugal e em assumir-se como ‘porta-voz’ dos leitores e até do povo em geral”. Com o golpe de Estado da Vilafrancana, em maio de 1823, que reintroduziu a censura prévia, o jornal de Alves Sinval deixa de circular.

Questionando as decisões da Corte em Lisboa, que pedia o retorno de D. João VI à Portugal, o *Astro da Lusitânia* traz na edição de 18 de maio de 1821 reflexões sobre a permanência do monarca no continente americano.

He bem certo que, tanto em Portugal como em huma grande parte do Brasil, se tem jurado o Systhema Constitucional Representativo, única fórma de Governo, que a Nação devia adoptar depois da luzes e conhecimentos espalhados em nossos dias sobre esta matéria, e único remédio que lhe restava para se livrar da repetição dos males, que por tanto anos fizeram a condição dos Portuguezes tão digna de compaixão da parte de todos aquelles, que a não vião com os olhos da indiferença. (...) Entretanto, he preciso confessar huma verdade, bem comosummamente amarga: tanto em Portugal, como no Brasil há partidos opostos ao novo Systhema. Em Portugal há muitos interessados na conservação das nossas defeituosas instituições, e que olhão com horror, não para o Art.20. das Bases da Constituição, mas para a extensão de odiosos privilégios, e para todos os outros Artigos de Reforma, cuja enumeração seria agora supérflua; e o habito, fazendo contrahir huma segunda natureza, faz com que a muitos não agradem aquelles mesmos principios, de cuja verdade estão aliás bem convencidos. (...) No Brasil há também hum partido oposto ao mesmo actual Systhema, mas pecando pelo extremo oposto: **Independencia total**. A Systhemática oppressão em que o nosso Ministerio teve sempre o Brasil, de que prestou attenção ao muito que valia aquella parte do **Reino Unido**, fez despertar nos animos dos seus habitantes os sentimentos, que resultão de um tão valioso estado – os da Liberdade. (...) Este partido, sabemos nós, e muita gente sabe, não gostou muito do Acto da União Constitucional por que em suas escandecidas idéas julga ainda isto desairoso, e não deixarão escapar a I occasião, que lhes offereça de por em pratica o seu mesmo plano. Agora façamos applicação do que até aqui temos desenvolvido. Supponhamos que S. Magestade regressa para a Europa, sem que o Systhema Constitucional esteja inteiramente restabelecido no Reino Unido. Sem que d’alguma maneira nos lembremos de duvidar da pureza dos sentimentos religiosos de S.M., parece-nos quasi impossivel que os **Cortezaos** e aquelles, de que fallámos no princípio, não fação alguma criminosa tentativa para repor estas cousas no antigo Systhema, e então se verificará esse Systhema entre Portugal e Brazil há pouco aconselhado pelos ex-Ministro na Corte do Brazil, com a differença de passar esse ultimo a formar hum Estado Republicano, pois que, na hypothese de soffrer alteração o actual Systhema Político na Europa, os partidistas da União não podem, elles confessão, conter por mais tempo o ímpeto dos partidistas da Independencia. Tal he a crise, em que as cousas se podem achar com muita facilidade, a nosso ver. (...) Nestas ciscunstancias, se os actuaes Ministros de S.M. estão animados de sentimentos alheios daquelles, que inspiravão as acções de seus antecessores: se elles amão figadalmente a gloria do Rei, e os interesses do **Reino Unido**, e se alfirm

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

não são huns **Arrenegados** inimigos da Patria, que os vio nascer, devem aconselhar a El-Rei que defira por alguns tempos o seu regresso para a Europa. Deixem formar e consolidar os Vinculos, que unicos podem ligar a Europa com o Brazil, e não queirão com uma precipitação igual á de 1807 perder huma parte tão essencial da Monarchia Portugueza, porque, perdida ella por huma vez, ninguém poderá devisar esperanças de a ver entrar debaixo do jugo dos Capitães-Generaes: os exemplares da America Ingleza, e Franceza, e ultimamente a da Hespanhola, devem-nos servir de desengano. (ASTRO DA LUSITANIA, n. 148, 18 de maio de 1821)²⁶

Vejamos as Sequências Discursivas:

SD 16: (...) *No Brasil há também hum partido oposto ao mesmo actual Systema, mas pecando pelo extremo oposto: **Independencia total**. A Systematica oppressão em que o nosso Ministerio teve sempre o Brasil, de que prestou attenção ao muito que valia aquella parte do **Reino Unido**, fez despertar nos animos dos seus habitantes os sentimentos, que resultão de um tão valioso estado – os da Liberdade.*

SD 17: *se elles amão figadalmente a gloria do Rei, e os interesses do **Reino Unido**, e se alfim não são huns **Arrenegados** inimigos da Patria, que os vio nascer, devem aconselhar a El-Rei que defira por alguns tempos o seu regresso para a Europa. Deixem formar e consolidar os Vinculos, que unicos podem ligar a Europa com o Brazil, e não queirão com uma precipitação igual á de 1807 perder huma parte tão essencial da Monarchia Portugueza*

A polêmica sobre o retorno de D. João VI continua nas edições seguintes, como em 18 de março de 1822, em que o *Astro da Lusitânia* afirma ser um conchavo dos áulicos para proclamarem a independência.

(...) E na verdade, não era preciso muita persepcacia para conhecer, que os Aulicos existentes no Rio de Janeiro tramavão o projecto de desmembrar o Brazil, da Metropole, e estabelecer alli huma nova Dinastia. O plano devia apparecer em Outubro, e o “viva o Principe Regente N. Sr” não foi se não a sonda para calcular a opinião publica,

²⁶ Mantida a ortografia original.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

que por então não estava assas disposta para a mudança(...) A mudança da Corte para a Europa não foi obra das Cortes, como esses Aulicos muito bem sabem; muito pelo contrario, todas as circunstancias demandavão que S.M., para o socego, e prosperidade da Monarchia, alli se demorasse, e se os que tal medida lhe aconselharão, tivessem tão rectas intenções como elle, huma tal mudança não teria logar por alguns annos. Mas em fim S. M veio para Lisboa, deixando S.A. como regente no Rio de Janeiro. As Cortes conhecião muito bem, de quanto erão capazes muito dos Aulicos que lá ficarão, e os acontecimentos de Setembro exigirão que se tomassem promptas medidas para se evitar, sendo possível, o que hoje se está vendo: esta, (além d'outras d'economia, e conveniencia) a principal causa segundo nosso entender, das Ordens das Cortes, e de nenhuma maneira o privar o Brazil da Cathegoria de Reino a que foi elevado em 1815, nem tão pouco o privallo de hum ponto de centralidade. (ASTRO DA LUSITANIA, n.34, 18 de março de 1822) ²⁷

Destacamos as seguinte Sequências Discursivas:

SD 18: *A mudança da Corte para a Europa não foi obra das Cortes, como esses Aulicos muito bem sabem; muito pelo contrario, todas as circunstancias demandavão que S.M., para o socego, e prosperidade da Monarchia, alli se demorasse (...)*

SD 19: *As Cortes conhecião muito bem, de quanto erão capazes muito dos Aulicos que lá ficarão, e os acontecimentos de Setembro exigirão que se tomassem promptas medidas para se evitar, sendo possível, o que hoje se está vendo*

Discursivamente entendemos que há uma memória funcionando ao citar os acontecimentos de 1807, quando D. João VI fugiu para o Brasil e 1815, quando o Brasil foi elevado a categoria de Reino de Portugal, Brasil e Algarves . Ou seja, para o editor a partida do rei para a América foi um erro que não dever ser repetido por dois motivos, sendo o primeiro o fim das conquistas liberais com a Revolução de 1820 e, o segundo, promover a separação de Portugal, pois os brasileiros não queriam perder a sede da monarquia para a Europa.

Compreendemos que a rememoração é um processo importante no que toca aquilo que configurará uma memória coesa, uma história única, uma narratividade comum. Podemos pensar também o que Mariani (1998) nos ensina sobre memória e modos de textualização de um acontecimento. Para a autora, a memória deve ser analisada

²⁷ Mantida a ortografia original.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

discursivamente a partir da historicidade, que fixam determinados sentidos em detrimento de outros.

A memória pode se entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (...), na história de uma formação ou grupo social. O 'recordar' possibilitado pela memória também se concretiza n movimento do presente em direção do devir, engendrando uma espécie de 'memória do futuro' tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias (MARIANI, 1998, p.38)

A situação das Cortes faz com que Alves Sinval critique os redatores de outros jornais, em especial João Bernardo da Rocha Loureiro, redator de *O Portuguez* e autor do *Exame Crítico*. Nele, Rocha Loureiro coloca o povo brasileiro sem educação.

A semrasão do Brazil em suas queixas pueris. Em verdade, o orgulho, a altivez, pertenções exageradas, fazem avaliar em pouco, o que muitas vezes tem já tocado o excesso. Pois não devia o Brazil contentar-se com ter o Soberano Congresso admittido seus representantes a trancarem a Augusta Sala das Cortes? A soffrerem que suas deliberações fossem perturbadas com arengas de ninharias atrapalhadas? Sugeitos, a quem em logar de Universiade que em mãs indicações talhadas em ponto de grande tom, tem requeido, se deveia conceder huma Escola de primeiras Letras? E que mais querem os Brasileiros? Os Brasileiros são vaidosos, altivos, ou antes inimigos dos Europeos. (...) O Brazil está pobre, fraco, individado, e mal educado: suas províncias inimigas huma das outras; enterrado no meio da sobeja provoação Africana, tendo diante dos olhos o fatal exemplo dos Americanos Hespanhoes, e a terrível Tragedia dos Espartacos de S. Domingos. (ASTRO DA LUSITANIA, n.43, 30 de março de 1822)²⁸

Na Sequência Discursiva que destacamos abaixo, podemos ver novamente a regularidade de como o brasileiro é visto pelos jornais portugueses, ou seja, o brasileiro é representado como um povo analfabeto, mal educado, principalmente pela mistura com os africanos, que vieram escravizados por Portugal, no período das grandes navegações e acordos internacionais.

SD 20: *Os Brasileiros são vaidosos, altivos, ou antes inimigos dos Europeos. (...) O Brazil está pobre, fraco, individado, e mal educado: suas províncias inimigas huma das outras;*

²⁸ Mantida a ortografia original.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

enterrado no meio da sobeja provação Africana, tendo diante dos olhos o fatal exemplo dos Americanos Hespanhoes, e a terrível Tragedia dos Espartacos de S. Domingos.

Para o historiador e pesquisador português Santos Alves, em sua obra sobre os periódicos de 1820-1823, tanto Rocha Loureiro como Alves Sinval sabem que a emancipação política e econômica é questão de tempo.

A questão é que algumas dessas afirmações de Loureiro, correspondendo à verdade, difícil de ouvir – O Brasil está pobre, os brasileiros são vaidosos, etc -, (...) ao mesmo tempo que produz uma verdadeira profissão de fé brasileira, e uma manifestação antiportuguesa (...) que deixam ver xenofobia e os sentimentos de muitos brasileiros. Inconvenientes, porque mal vindas, as afirmações do Exame Crítico colidem com o parecer das Cortes, parecer que pretende inculcar confiança através de asserções, em derradeira análise, duvidosas, Aliás, Rocha Loureiro, tal como Alves Sinval, estão convictos que os tempos luso-brasileiros da colonização findaram. (SANTOS ALVES, 2013, p. 240)

As regularidades observadas nos periódicos, tanto os absolutistas como os liberais, nos mostram que os sentidos de Reino Unido estavam colados no sentidos de exploração econômica e dominação política de Portugal sobre o Brasil e, por isso, deveriam permanecer como uma só nação.

CONCLUSÃO

A polêmica em torno do que seria o Reino Unido e como se configurava a questão da nação e império português, tomou conta das páginas dos jornais lusitanos, tanto os absolutistas como os liberais, no início dos anos 20 do século XIX. Os acontecimentos históricos, como a fuga da família real para o Brasil, em 1808, a elevação do Brasil a categoria de Reino, em 1815, a Revolução Liberal em 1820, a formação das Cortes para a elaboração da Constituição e o Golpe da Vilafrancana, em 1823, foram os temas que nortearam as críticas e os acirrados debates nos jornais portugueses.

A escolha dos periódicos aqui analisados: *A Trombeta da Lusitania*, a *Navalha de Figaró*, o *Astro da Lusitania* e o *Campeão Portuguez em Lisboa (ou o Amigo do povo, e do Rei Constitucional)*, se deu a partir de estudos sobre a história portuguesa e dos principais e polêmicos jornais que circularam em Lisboa entre 1820-1823. As marcas encontradas a partir do recorte proposto, pelas noções de memória e historicidade, possibilitaram montar o arquivo discursivo para análise. Os temas como a representação do povo brasileiro e a questão da independência nos fez ampliar a pesquisa para dois jornais brasileiros, o *Reverbério Constitucional Fluminense* e *O Macaco Brasileiro*, como forma de compreender as regularidades discursivas, tanto nos jornais europeus como brasileiros.

A partir do nosso questionamento inicial, de como a imprensa portuguesa noticiou a separação e quais eram os sentidos de nação e independência nos jornais de Portugal daquele período e como o Brasil era discursivizado, podemos compreender em nossas análises que nos periódicos lusitanos a discussão sobre a independência brasileira nem sempre dividia opiniões. Tanto os jornais liberais, como o *Astro da Lusitania* e o *Campeão Portuguez em Lisboa (ou o Amigo do povo, e do Rei Constitucional)*,

como os absolutistas *A Trombeta da Luzitania*, *a Navalha de Figaró*, traziam debates que em determinadas edições confluíam para as mesmas propostas: manter o Brasil ligado à Portugal. A dependência europeia sobre a colônia na América se dava a partir da necessidade de manter a economia estável, isso porque Portugal dependia dos produtos e riquezas exploradas do Brasil.

Percebemos também que para os periódicos, os sentidos de nação nos jornais são de unidade territorial e política, e que no entendimento dos redatores lusitanos, o Brasil não tinha como conquistar essa condição, porque a nação era portuguesa, os habitantes do Brasil não tinham cultura política e a unidade territorial estava atrelada à portuguesa.

Também pudemos compreender que essa condição de colônia estava ligada à maneira como eles reconheciam os brasileiros. Pra eles, o povo que habitava o continente americano não era civilizado e não possuía educação, por ser descendente de índios, negros escravizados ou mestiços, ou seja, um povo sem condições de compor uma nação.

A partir dessas análises, entendemos que há muito ainda a ser estudado a respeito desse tema. Portanto, essa pesquisa não é conclusiva, seus resultados são parciais e serão aprofundados para futuras publicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al (orgs). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 2. Edição. Campinas, SP. Pontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado – notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 2.ed. São Paulo, SP. Ed. Graal. 1985

CASTRO, Zília O. de. **A independência do Brasil na imprensa periódica portuguesa (1822-1823)**. Revista de História das ideias. n. 15. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. 1993

FERREIRA, M.C.L. A ciranda dos sentidos. In: ROMÃO, L.M.S; GASPAR, N.R. (orgs). **Discurso Midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos, SP. Pedro & João Editores, 2008

FLORES, Giovanna B. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro**. Porto Alegre, RS: EdIPUCRS; Palhoça, SC: Ed. Unisul. 2014

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org). **Gestos de Leitura**. 3ª Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2010

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M.C.L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP. Mercado de Letras. 2011

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP. Pontes .1988

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2003

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro, RJ. Revan; Campinas, SP. Editora Unicamp. 1998

MONTEIRO, Nuno G.; PEDREIRA, Jorge. As chaves do período. In: PEDREIRA, J.; FARIA, F; MONTEIRO, N.G. (orgs) **.O colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834**. Volume 1. 1ª Edição. Madri, Espanha. Fundación Mapfre; Carnaxide, Portugal. Editora Objectiva. 2013

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso – princípios e procedimentos**. Campinas, SP. Pontes. 2005

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 5ª Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2002

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas, SP. Pontes. 2004

PAVEAU, M.-A. Reencontrar a memória. Percurso epistemológico e histórico. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos, SP. Editora Claraluz. 2007.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In. GADET, F.; HAK, T. (org) **Por uma análise automática – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP. Pontes. 1997

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** 6ª Edição. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP. Pontes. 2012

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org). **Gestos de Leitura.** 3ª Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2010

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al (org) **Papel da Memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP. Pontes. 2007

_____. **Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP. Editora Unicamp. 1988.

SANTOS ALVES, José Augusto. **Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823).** Editora Media XXI. Lisboa, Portugal. 2013

SILVA DOS SANTOS, M.D - **A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821):** perspectivas diplomáticas e independência do Brasil. Dissertação defendida no curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, Faculdade de Letras- Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2013

SOUSA, Jorge Pedro; et al. O advento do estudo do jornalismo em Portugal: 1644 – 1910. In: SOUSA, J.P. et al: **O pensamento jornalístico português: das origens a abril de 1974.** Vol. 1. LabCom. Covilhã, Portugal, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. A imprensa portuguesa durante a monarquia: das origens a 1910. In: Sousa J.P. et al.: **Uma História da Imprensa Lusófona – Vol. II;** Editora Media XXI. Lisboa, Portugal. 2017

TENGARRINHA, José. **Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865.** 1ª Edição. Lisboa, Portugal. Editora Temas e Debates. 2013

TORGAL, Luís Reis. **A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação.** In *Análise Social*, vol. XVI (61-62), Universidade de Coimbra, Coimbra: Portugal, 1980, 1º-2º.

Os sentidos de nação e independência do Brasil
sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)

Jornais Pesquisados:

A Trombeta da Lusitania: Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ATrombetaLusitana/ATrombetaLusitana.htm>. Acessado em abril de 2018.

Navalha de Figaró: Disponível em: <http://purl.pt/29571/3/> (Biblioteca Nacional Digital). Acessado em abril de 2018.

Astro da Lusitania: Disponível na Biblioteca Municipal do Porto. Pesquisado em maio de 2018

Campeão Portuguez em Lisboa (ou o Amigo do povo, e do Rei Constitucional): Disponível na Biblioteca Municipal do Porto. Pesquisado em maio de 2018

Reverbero Constitucional Fluminense: Edição fac-similar. Tomo I e II. Rio de Janeiro. Edições Biblioteca nacional, 2005

O Macaco Brasileiro: Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, SP. Pesquisado em 2008

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA

FLORES, Giovanna G.B. - De que Reino Unido estamos falando? A discursividade dos jornais portugueses sobre o Brasil. In: SOUSA, J.P. (ORG) **Jornalismo e Estudos Mediáticos – Memória**. e-Book. – Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa, 2018.